



INSTITUTO DAS HUMANIDADES E LETRAS
Campus do Malês

TAINÁ ARAÚJO DOS SANTOS

**MAJOR DENICE SANTIAGO: O PROTAGONISMO DA MULHER NEGRA
NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

TAINÁ ARAÚJO DOS SANTOS

**MAJOR DENICE SANTIAGO: O PROTAGONISMO DA MULHER
NEGRA NA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**

Projeto de Pesquisa apresentado como trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

TAINÁ ARAÚJO DOS SANTOS

**MAJOR DENICE SANTIAGO: O PROTAGONISMO DA MULHER NEGRA NA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**

Projeto de Pesquisa apresentado como trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

Data de aprovação: 01/11/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Cristina Teodoro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Juliana Dourado Bueno

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
1.1 Breve histórico da Polícia Militar.....	5
1.2 O surgimento da Polícia Militar da Bahia.....	6
1.3 Breve histórico da mulher na Polícia Militar.....	6
1.4 O centro referencial feminino da polícia militar: o Centro Maria Felipa...8	
1.5 Quem é a Major Denice Santiago.....	9
1.6 A Ronda Maria da Penha.....	9
1.7 O seu olhar feminista de mulher negra na instituição.....	9
2- Discussões bibliográficas.....	11
3. Justificativa.....	13
4. Objetivos.....	14
6. Metodologia.....	15
7. Cronograma.....	16
Referências.....	17

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é um projeto de pesquisa cujo objeto de interesse é a trajetória da Major Denice Santiago na Polícia Militar da Bahia. A major se declara antirracismo e feminista, se destacou na criação do núcleo de gênero Maria Felipa e da Ronda Maria da Penha, instâncias criadas na Polícia Militar do estado da Bahia com a finalidade de melhorar a política de combate a violência contra as mulheres. A proposta é investigar a trajetória da Major Denice Santiago e, com isso, analisar a eficácia e efetividade do Núcleo e da Ronda, bem como, refletir se tem um diferencial ou não, ter uma mulher negra e feminista na direção dessa política pública de segurança.

1.1 Breve histórico da Polícia Militar

Para compreender a polícia militar e a sua formação se faz necessário desenvolver um pequeno histórico desta instituição.

De acordo com a pesquisa realizada por Cruz (2006), pode se identificar as primeiras composições militares no Brasil, dizendo que os primeiros anos do Brasil Império foram a referência para a constituição da polícia militar no Brasil. Em 1808 foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte, com as tarefas de zelar pelo abastecimento da Capital (Rio de Janeiro) e de manutenção da ordem. Entre suas atribuições incluíam-se a investigação dos crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões. O intendente-geral de polícia ocupava o cargo de desembargador e seus poderes eram bastante amplos. Além da autoridade para prender, podia também julgar e punir aquelas pessoas acusadas de delitos menores. Mais do que as funções de polícia judiciária, o intendente-geral era um juiz com funções de polícia (CRUZ, 2006).

Um ponto marcante dessa consolidação da polícia militar no Brasil ocorre no momento da abdicação de Dom Pedro I e o estabelecimento do período regencial, momento marcado pela direção do padre Diogo Feijó, em que ele ordena em 1831, que sejam extintos todos os corpos policiais existentes e manda criar um único corpo a Guarda Municipal de Voluntários por Províncias. A função desse grupo era apenas de exercer as funções da extinta Guarda Real. E em 1866, o Corpo de

Guardas Municipais Permanentes ganhou a denominação Corpo Militar de Polícia da Corte e, em 1920, recebeu a designação de Polícia Militar.

Sendo assim, essa nova polícia começa a se constituir no Brasil a partir do Império, começando a criar um corpo organizacional, disciplinando os seus integrantes, procurando torná-la mais permanente aos ofícios policiais. O que pode se concluir é que vendo a necessidade das recém-formadas forças públicas, os governantes investem na sua expansão, tendo como modelo: a polícia francesa. Eles adotam essa formação para o novo grupo, a partir desse momento a polícia brasileira passa a ser uma polícia hierarquizada, com remuneração vinda dos cofres públicos. bem como, a dedicação exclusiva e permanente dos que pertenciam a esta força.

1.2 O surgimento da Polícia Militar da Bahia.

No acervo da PMBA consta um breve relato sobre o surgimento da mesma. Diante do fim do processo emancipatório, a Bahia passou por vários conflitos que se tornaram piores devido ao fato da aliança entre o 3º Batalhão (Batalhão dos Periquitos) ao 4º Batalhão, que era responsável pela segurança da cidade. No entanto, os baianos ficaram insatisfeitos com as atitudes do D. Pedro I, que contribuiu para toda a situação piorar. Com a revolta do “Batalhão dos Periquitos”, houve a repercussão do caso que levou ao Imperador a eliminar o Batalhão, e consequentemente o Brigadeiro José Egídio, foi nomeado o novo Governador das Armas.

Após a extinção do Batalhão, o Governador criou provisoriamente, o Corpo de Polícia da Bahia em 1825, nomeando também o Major Manoel Joaquim Pinto Paca, e fundou as principais diretrizes na instituição. No mesmo ano, o Imperador D. Pedro I publicou uma lei tornando definitivo o Corpo de Polícia da Bahia, que constituía inicialmente 238 homens e utilizando como quartel o Convento de São Bento (PMBA. 2007).

1.3 Breve histórico da mulher na Polícia Militar.

Diante dos arquivos que tive acesso não encontrei uma data que estabelece oficialmente a entrada de mulheres nesta instituição. Mas se pensando o porquê disso, vemos a questão de como a revolução industrial ajudou a incorporar o trabalho das mulheres nas fábricas, separando o trabalho doméstico do trabalho remune-

rado fora do lar. Mesmo com este começo, ainda há uma relutância na questão do gênero, onde ambos os sexos trabalham no mesmo setor, e o gênero masculino, ganha um valor maior do que o feminino.

Oliveira (2012) afirma que há como ter um histórico perfeito sobre a inserção da mulher policial, porém há alguns registros que apontam para 1951, quando jovens foram admitidas como estagiárias pela Escola de Polícia da URSS¹. Por conta das diversas datas e especulações, Oliveira (2012, p.36), afirma que

No Brasil, o ingresso da primeira mulher no serviço policial data de 1953, em São Paulo e está relacionada ao I Congresso Brasileiro Militar Legal e Criminologia, quando foi criada a Polícia Militar Feminina com as missões assistencial e preventiva, nos moldes da experiência europeia.

Segundo o Decreto nº. 16.639, de 07 de novembro de 1956, a inclusão do sexo feminino no cargo de policial militar na Bahia, ocorreu no Governo de Antônio Balbino, construindo a Guarda Civil da Bahia, com a finalidade de substituir os policiais do sexo masculino nas operações que envolvessem mulheres, crianças, a família e os bons costumes (NEVES, 2012).

Em 1989, o primeiro Corpo de Policiais Femininos na Polícia Militar da Bahia foi criado, embora com suas mudanças trouxeram para o exercício feminino a função de exercer o policiamento ostensivo geral e de trânsito, bem como atividades auxiliares na região metropolitana de Salvador, podendo eventualmente atuar em todo o território do Estado da Bahia (NEVES, 2012).

Embora seja crescente o número de mulheres ingressando na carreira militar, ainda há uma limitação diante a esta entrada. As corporações abriram espaço para o posto feminino, porém não modificaram as suas estruturas por completo. Existem alguns preconceitos disfarçados de restrições para as policiais militares, e conseqüentemente essa situação resulta no desânimo pela profissão e até opção por mudanças de área da mesma.

Segundo Neves (2012), os movimentos feministas no Brasil são de extrema importância para impor, diante das afirmações machistas, que a mulher pode e deve

¹ União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

estar em todos os campos sociais. O movimento feminista trouxe também o entendimento de que a situação de mãe, esposa e responsável pelas tarefas da casa não são impedimentos para a mulher se dedicar a carreira profissional. O fato das mulheres policiais não serem reconhecidas como possuidoras das qualidades inerentes ao herói, acaba gerando no campo militar conflitos e tensões entre os gêneros: masculino e feminino. De acordo com o G1, O Globo (2015)², a Bahia é o 3º estado com maior número de mulheres na PM, tendo 13,9% de mulheres, o equivalente a 4.500 mulheres.

1.4 O centro referencial feminino da polícia militar: o Centro Maria Felipa

Na entrevista cedida à revista da UFBA em 2017, a Major Denice conta que foi através do seu trabalho de policiamento ostensivo na PMBA, que começou a perceber as possíveis situações de desrespeito e discriminação referente aos direitos da mulher dentro da corporação. Assim surgiu a ideia de criar dentro da corporação militar baiana um núcleo de gênero, que com a aprovação do Coronel Santana, através da portaria nº 14 foi instituída em 10 de março 2006, sendo o primeiro centro de referencia da mulher policial militar e único no país. Inicialmente ela propôs ao Cel. Santana, o nome Núcleo de Gênero Maria Quitéria devido ao contexto histórico da Independência da Bahia, porém a heroína Maria Felipa³ se encaixava mais ao perfil de toda implementação do Núcleo de Gênero.

O Centro Maria Felipa trouxe para o PMBA um olhar mais minucioso para as necessidades que as mulheres tinham desde a sua entrada na corporação, como por exemplo, a Portaria para gestantes que define critérios e normas para o cuidado com a gestante, seu bebe e sua saúde profissional. Antes da sua criação as mulheres policiais grávidas eram retiradas na sua área mediante ao olhar do seu supervisor, umas em seu oitavo mês e outras retiradas em seu primeiro mês de gestação.

² BA é 3º estado com maior número de mulheres na PM; e MP critica sexismo. Disponível em <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/08/ba-e-3-estado-com-maior-numero-de-mulheres-na-pm-e-mp-critica-sexismo.html> acesso em 22/10/2018.

³ Maria Felipa foi uma mulher negra do povo que atuou na luta pela independência do Brasil na Bahia liderando e lutando junto aos moradores da Ilha de Itaparica. Sobre ela ver <http://osheroisdobrasil.com.br/herois/maria-felipa-a-heroína-negra-da-independência/> acesso em 22/10/2018.

Assim como as demais reivindicações relacionadas às questões do gênero feminino (PAREDES, 2017).

1.5 Quem é a Major Denice Santiago?

A Major Denice Santiago é uma das pioneiras da PMBA, pois ingressou na corporação como Sargento nas primeiras turmas de praças e oficiais em 1990. Entrou na PMBA aos 18 anos, carreira incentivada pelos pais que preocupados com o seu futuro profissional, ressaltaram a importância da carreira militar para uma vida estável (PAREDES, 2017). Após dois anos, entrou na primeira turma de oficiais para mulheres com a patente de Major que responde até a atualidade. Denice é a única mulher negra major e uma das únicas a ocupar um cargo que é dominado pela masculinidade hegemônica, pois é comandante da Ronda Maria da Penha na PM baiana. Formada em psicologia, é mestre em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social pela UFBA. Ressalto a sua premiação em 2017 no Senado Federal, com o recebimento do Diploma Bertha Lutz pela sua contribuição na defesa dos direitos das mulheres e políticas de gênero.

1.6 A Ronda Maria da Penha.

A Ronda Maria da Penha é um órgão criado a partir da Patrulha Maria da Penha no Rio Grande do Sul. Com a sua participação no Centro Maria Felipa, a Major Denice absorveu a ideia do capitão Brito de conseguir propor a ideia em Salvador. Criando uma equipe multidisciplinar, com os objetivos de proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas deferidas pelos juízes; fazer visitas periódicas, semanais ou mensais para acompanhar a situação destas mulheres. Os policiais participantes deste grupo da Ronda no seu maior número são mulheres. Há um veículo móvel devidamente identificado como Patrulha Maria da Penha para auxiliá-las.

1.7 O seu olhar feminista de mulher negra na instituição.

Como consta na entrevista da UFBA, a Major Denice deixa a sua indignação, ao dizer que defende a postura do feminino frente ao masculino, para lembrarem que ela é mulher. Também ressalta a importância de se rever os títulos de

graduações, que baseados nos do Exército Brasileiro, só tem escrita no masculino, por exemplo, soldado, major, coronel, e precisa ser modificado devido ao ingresso das mulheres nas corporações.

A Major Denice explica também que o machismo está presente até nas situações em que os comandantes põe a mulher como telefonista, empurrando as mulheres para os lugares tradicionalmente femininos na visão dos homens. Não tinha que haver esse preconceito, porque a forma de ingresso é a mesma, os testes de aptidão feitos são os mesmos para ambos os sexos, então se a mulher está naquela instituição, ela tem o mesmo direito em todas as atividades assim como os homens em que nelas estão, entretanto na prática não há igualdade. A definição neste contexto, mostra que as mulheres foram inseridas na vida policial militar com o intuito de passar a imagem natural de proteção e sentimento maternal representado pelo sexo feminino.

O olhar da Major Denice nos mostra que as mulheres, carregadas de histórias de invisibilidade, chegam a um ambiente propício aos homens, feito para eles, sob os seus padrões. Elas se inseriram e avançam para diferentes postos dentro da corporação, dentre os quais as esferas são limitadas as mesmas. Surge então uma série de conflitos que suscitam analisar os pontos de vista sociológico diante dessa situação na instituição, abordar as relações de gênero e a falta de estrutura da instituição militar para receber as mulheres, bem como, as conquistas empreendidas pelo ponto de vista feminino e feminista é a proposta dessa investigação.

2 DISCUSSÕES BIBLIOGRÁFICAS

Foi utilizada como base para essa pesquisa a tese intitulada “Teto de Vidro”: relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar, de Laudicéia de Oliveira, defendida em 2012, na UFBA. No trabalho, Oliveira mostra de forma detalhada o processo de empoderamento das mulheres na Polícia Militar da Bahia. Neste estudo vemos a existência de práticas discursivas que expõe as relações de gênero e poder na instituição da Polícia Militar da Bahia. Em relação as pesquisas feitas, uma delas apontam que cerca de 80% das mulheres se sentiam vigiadas com mais frequência por serem mulheres, porque os homens as considerava o sexo feminino. Um ser sem força e virilidade. E 85% dos homens não se sentem à vontade de serem subordinados às mulheres, por acharem que somente homens possuem perfil para liderança e de enfrentamento melhor do que as mulheres. Para Oliveira (2012), o ser feminino policial ainda não é visto com naturalidade nesses espaços de poder. Mostrando assim, uma maior valorização dos aspectos masculinos.

Também diante deste estudo, identifica-se que mesmo com a farda e sua autoridade a mulher policial é violada, com o histórico machista e opressor desta instituição. Contudo, o militarismo por ser uma instância de poder, que atua diariamente sobre o social, apresentam esses discursos que vão incidindo sobre os corpos, principalmente daquele que historicamente foi submisso às regras e códigos sociais – como o patriarcalismo.

Neves (2012) realizou um estudo sobre a presença da policial feminina com características afrodescendentes na polícia militar da Bahia. Constatou-se que as experiências ditas de opressão: humilhações, desrespeito e discriminação, faziam parte do cotidiano de ambos os sexos, no entanto para as mulheres negras, os casos eram agravados devido à incidência de assédio e constrangimentos de natureza sexual, de ordem misógina, o que é perceptível também na experiência das mulheres desse estudo.

Diante disso Oliveira (2012) no seu trabalho destaca que nesse ambiente militarizado, assim como em outras instituições totais, a questão do reforço à ideologia presente nesse espaço é alternada, pois as disposições ao preconceito atingem a todos, e é reproduzido, mesmo que de forma sutil, pela própria mulher. Aquilo que

poderia ser contestado, volta ao patamar de subordinação aos discursos já enraizados no campo militar. A partir da ideologia do grupo no discurso “que todo mundo é tratado igual”, da mesma “maneira”, muitas vezes na manutenção dos discursos e hierarquias, silenciando-se diante de alguma forma de mudança. No caso dessas mulheres, percebemos o movimento de resistências desses lugares, apontando para relações de poder que perpassam o seu cotidiano de trabalho.

Sendo assim os movimentos feministas vem dando poder para a lutas pelos direitos das mulheres: a luta pelo espaço no mercado de trabalho, pela desconstrução dos paradigmas de gênero e desses lugares nitidamente tomado pelos homens. Porém, isso mostra o quanto se tem a que discutir sobre o poder militar, sobre os papéis de gênero que influenciam nas formas de tratamentos dentro da instituição, pois como retrata Neves (2012), apesar de existirem casos de assédios, discriminação por essa relação de gênero, não existem órgãos responsáveis que acolham essas denúncias e tratar os casos pela lei, ficando a cargo de terceiros ou superiores intercederam para que esse tipo de violência não prossiga. Todavia, a transferência de local - que é um ato corriqueiro nesses eventos - não é uma medida que realmente combata esse problema do gênero, a propósito, pode só ser uma forma de retroalimentar esses mesmos comportamentos, evitando um confronto mais profundo com a questão das relações de poder.

3. JUSTIFICATIVA

Este projeto propõe compreender o papel da Ronda Maria da Penha no seu exercício de proteção às mulheres em situações de violência de gênero, mostrando a sua criação e a trajetória da sua fundadora, uma mulher negra na instituição militar, a partir da instituição como aparelho patriarcal. A Polícia Militar assim como todas as instituições militares criadas para a defesa do país é composta por 80% de homens, deste modo tornando o espaço completamente masculinizado, das divisões de atividades aos postos de graduações.

A pesquisa tem como objetivo geral mostrar de que forma se dá as relações de gênero e poder dentro desta corporação, assim trazendo a Ronda Maria da Penha, um aparelho militar feminino representado por uma mulher negra: a Major Denice Santiago, a sua história dentro da corporação e todas as reconstruções institucionais diante da única representação de mulher neste posto.

Inicialmente, considerando a necessidade de falar sobre este tema, para que assim outras mulheres venham entender que a sua participação nesta instituição e nas demais outras se é essencial para mudar o conceito de que este trabalho militar estereotipado é lugar de apenas homens, bem definidos, em que o sexo masculino está mais associado aos espaços públicos, onde a possibilidade da força e da coragem é iminente. Enquanto o sexo feminino é atributo a um ser frágil, onde pode se apenas associar a imagem feminina com lugares privados, mostrando assim a visão discriminatória sobre a incapacidade do ser feminino em corresponder à dualidade ação e reação. Essa característica da instituição militar dá ao homem uma posição superior à mulher o que torna a entrada de mulheres nesta profissão difícil.

4. OBJETIVOS:

Geral

Compreender o papel da Major Denice Santiago e das instituições que ela comanda como a Ronda Maria da Penha e do Núcleo Maria Felipa no seu exercício de proteção às mulheres em situações de violência de gênero.

Específicos

- ✓ Explicar o que é a instituição PMBA.
- ✓ Identificar as relações de gênero dentro da PMBA e mostrar as mudanças diante da inserção da mulher na PMBA.
- ✓ Descrever a trajetória da Major Denice Santiago na PMBA.
- ✓ Relacionar o papel da Major Denice Santiago no Centro Maria Felipa que é responsável pela Ronda Maria da Penha.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa está caracterizada em sua metodologia a pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa. Com base nas leituras e estudos realizados por teses que abordam o meu tema, blogs de instituições militares e revisão bibliográfica, foi possível verificar que relações de poder dentro da instituição dificultam a inserção de mais mulheres dentro dessa corporação militar.

A presente pesquisa tem como propósito explicar o que é a instituição da PMBA, identificando as relações de gênero dentro da PMBA, mostrando as mudanças diante da inserção da mulher na PMBA. Assim descrever a participação da Major Denice Santiago na PMBA. Relacionando o papel do Major Denice Santiago no Centro Maria Felipa que é responsável pela Ronda Maria da Penha. Somente com a participação democrática, que garanta condições iguais, que valorize a capacidade e a experiência e não o gênero pode assegurar a real transformação para uma sociedade igualitária.

A pesquisa se divide em etapas. Para a realização do projeto foi preciso fazer um levantamento de bibliografias, leitura do material e fichamento de textos e o desenvolvimento e montagem do projeto. Ainda nessa fase foi necessário visitar o arquivo da Polícia Militar da Bahia para conhecer a história da instituição. A segunda fase da pesquisa será composta de uma análise mais detalhada da história da Ronda Maria da Penha e do Núcleo Maria Felipa. Isso será feito com entrevistas e leitura das informações disponibilizadas pelo arquivo da PMBA.

6- CRONOGRAMA

Cronograma a ser seguido no curso da terminalidade

SEMESTRE	Atividades				
	Leituras e fichamento dos textos.	Pesquisa no arquivo da PMBA e no Núcleo Maria Felipa.	Realização de entrevistas	Escrita do TCC	Defesa do TCC
1º semestre	x	x		x	
2º semestre	x	x	x	x	
3º semestre				x	x

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Crusoé. **O ensino militar na Era Vargas e a formação dos policiais militares da Bahia**. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 10, n. 2, p. 277-292, 22 jun. 2012. Acesso em: 20/09/2018.

CRUZ, Josemar da. **História da Polícia Militar**. Disponível em: www.pmba.gov.br. 2006. Acesso em: 05 out. 2018.

FELIPA, Centro Maria. **A Criação do Centro Maria Felipa**. 2011. Postado por Centro Maria Felipa. Disponível em: <http://mariafelipapmba.blogspot.com/2011/09/criacao-do-centro-maria-felipa.html>. Acesso em: 16 set. 2018.

G1 GLOBO: **BA é 3º estado com maior número de mulheres na PM; e MP crítica sexismo**. São Paulo, 28 ago. 2015.

NEVES, Genivaldo Silva das. **A presença da policial feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia**. 2012. 109 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, Laudicéia S. **“Teto de vidro” relações de gênero, relações de poder e empoderamento das mulheres na Polícia Militar**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Femi- nismo, 222f. Salvador, 2012. Disponível em: . Acesso em: 20 set. 2018.

PAREDES, Margarida. **MAJOR DENICE SANTIAGO. Uma mulher negra e femi- nista num lugar de poder da Polícia Militar da Bahia**. Entrevista UFBA. Vol.03, N.02 - Mai. - Ago., 2017 | <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso: 17/09/2018.

PMBA. **“Lançamento da Ronda Maria da Penha”**. 2015. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6110:lançamento-da-ronda-maria-da-penha&catid=259:fastnewsbcs&Itemid=965. Acesso em: 17/09/2018.

PMBA. Polícia Militar da Bahia. **Histórico da Polícia Militar da Bahia**. Disponível em: www.pmba.ba.gov.br. 2006. Acesso em: 05 out. 2018.